



A desconstrução dos estereótipos de gênero na Educação a partir da literatura infanto-juvenil

The deconstruction of gender stereotypes in Education based on children's literature

RESUMO

A desconstrução dos estereótipos de gênero através da literatura infantojuvenil é um tema relevante e importante na atualidade. Trata-se da abordagem de questões de gênero de maneira mais aberta e inclusiva nas histórias voltadas para crianças e adolescentes, visando quebrar preconceitos e promover a igualdade de gênero desde cedo. Este artigo analisa o papel fundamental que a literatura infantojuvenil desempenha na desconstrução dos estereótipos de gênero e na promoção da igualdade desde a infância. Explorando o contexto social e cultural em que as histórias são criadas e consumidas, discutimos como a literatura tem sido historicamente uma fonte de normas de gênero limitadoras. No entanto, destacamos como a literatura contemporânea está desafiando esses estereótipos por meio da representatividade diversificada de personagens de diferentes identidades de gênero, orientações sexuais e origens étnicas. Este artigo também aborda o impacto positivo da literatura infantojuvenil na autoestima e no empoderamento das crianças, à medida que apresenta personagens femininas fortes e personagens masculinas que expressam sensibilidade e emoções. Além disso, discutimos o potencial educativo da literatura para promover a igualdade de gênero e criar uma sociedade mais inclusiva. Embora enfrentemos desafios e controvérsias nesse caminho, observamos um crescente envolvimento de autores e editoras na produção de literatura infantojuvenil que quebra estereótipos de gênero. Este artigo enfatiza o impacto duradouro dessa abordagem, influenciando atitudes e comportamentos em relação ao gênero e à diversidade ao longo da vida dos leitores. Concluimos que a desconstrução dos estereótipos de gênero na literatura infantojuvenil é uma ferramenta essencial para a promoção da igualdade de gênero e para moldar uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-chave: Gênero; Literatura; Infanto-juvenil; Estereótipos; Educação

ABSTRACT

The deconstruction of gender stereotypes through children's literature is a relevant and important topic today. It involves addressing gender issues in a more open and inclusive way in stories aimed at children and adolescents, aiming to break down prejudices and promote gender equality from an early age. This article analyzes the fundamental role that children's literature plays in deconstructing gender stereotypes and promoting equality from childhood. Exploring the social and cultural context in which stories are created and consumed, we discuss how literature has historically been a source of limiting gender norms. However, we highlight how contemporary literature is challenging these stereotypes through the diverse representation of characters of different gender identities, sexual orientations and ethnic backgrounds. This article also addresses the positive impact of children's literature on children's self-esteem and empowerment, as it presents strong female characters and male characters who express sensitivity and emotions. Furthermore, we discuss the educational potential of literature to promote gender equality and create a more inclusive society. Although we face challenges and controversies on this path, we observe a growing involvement of authors and publishers in the production of children's literature that breaks gender stereotypes. This article emphasizes the lasting impact of this approach, influencing attitudes and behaviors towards gender and diversity throughout readers' lives. We conclude that deconstructing gender stereotypes in children's literature is an essential tool for promoting gender equality and shaping a fairer and more inclusive society.

Keywords: Gender; Literature; Youth; Stereotypes; Education

BORGES, Divimary *

Universidade Brasil, Descalvado, SP, Brasil

**Autor correspondente
divimary.borges@ub.edu.br*



1 Introdução

Falar sobre as questões de gênero na escola ainda é um tabu atualmente. Apesar dos movimentos sociais e feministas estarem mais populares e das informações que circulam nos meios de comunicação, a sociedade brasileira é tradicional, cristã e conservadora e a instituição escolar caminha paralelamente à essa ideologia. Um dos exemplos é a configuração de família. As mães solas representam 11 milhões de famílias brasileiras, segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, com crescimento de 1,7 milhões de famílias com mães que criam seus filhos sozinhas na última década. Além disso, é cada dia mais comum a constituição familiar apresentar outras formações a partir de relações homoafetivas ou interracialais, e ainda com crianças que são criadas pelos avós, que são adotadas, dentre outras. Porém, na representação imagética brasileira a familiar nuclear, ou aquela formada por pai e mãe, ainda faz parte do imaginário comum e é idealizado como “normal” na nossa sociedade. Esse preconceito precisa ser discutido, mostrado e refletido na escola, uma vez que as crianças conhecem amigos que possuem famílias de diferentes constituições. As crianças são parte da sociedade, da cultura e da política e não podem ser excluídas dessas discussões que interferem na construção de suas identidades e nas suas escolhas (PORTO, 2016). A escola precisa enfrentar essa repressão social, baseada em estigmas ultrapassados e que não correspondem com a realidade do povo brasileiro.

Paralelamente a educação rígida e formal, apresentada ainda frequentemente nas escolas, as discussões de gênero nas pesquisas sobre Educação cresceram com o predomínio dessa temática na publicação de artigos cujo foco de pesquisa articulam-se sobre as abordagens das questões de gênero à prática docente, segundo análise documental presentes nos eventos ANPED e EPEC nas edições de 2005 a 2017 (PROENÇA, 2019). Os movimentos feministas acompanharam as demandas do novo milênio e encontraram nas redes sociais, blogs, podcasts e Youtube, ferramentas capazes de expor suas ideias e amplificar os debates. Em 2006, no governo Lula, foi sancionada a lei Maria da Penha, saudada como um grande passo na prevenção da violência doméstica contra as mulheres. A organização Marcha das Vadias cresceu dentro dos movimentos feministas neste mesmo período, questionando o uso que a sociedade faz do corpo da mulher. Pautas como amamentação em locais públicos, representatividade política, dentre outras, continuam como objetivo das correntes feministas. Em algumas escolas foram formados grupos feministas com estudantes do ensino médio a partir de 2020, como na escola São Luís em São Paulo.



Há poucos anos, o pensamento crítico sobre o binarismo de gênero também está sendo reforçado pela literatura infanto-juvenil. A lógica dicotômica, assim como a hierarquia que ela implica, estão sendo problematizadas para dar voz e visibilidade às possibilidades plurais de estar no mundo enquanto meninas e meninos. Ainda há poucos títulos infanto-juvenis que trazem a figura feminina sob esse olhar desconstruído, com visões de mundo heterogêneas, fugindo de discursos sexistas como recorrentemente se encontra nos livros didáticos presentes nas escolas. Visões estereotipadas com representações familiares constituídas por um pai e uma mãe, ou a naturalização da raça branca classe média que contém o predomínio da visão hegemônica de características relacionadas ao gênero e à perpetuação binária são comumente encontrados no material utilizado pela escola. Porém, todos os sujeitos possuem identidades plurais, que se transformam, são impermanentes, e podem ser contraditórias (LOURO, 2011). Se não há algo pronto ou acabado, a liberdade de ideias defendida por Paulo Freire (1970) deve ser uma permanente busca na desconstrução dos padrões patriarcais vigentes.

A questão de gênero enquanto construção social

Os termos ‘gênero’ e ‘sexo’ foram amplamente debatidos na década de 60 e implicou no reconhecimento de suas diferenças. Para além do determinismo biológico, há uma construção social que determina o que é feminino e masculino. Esse movimento ficou conhecido como a segunda onda feminista iniciando o movimento militante feminista moderno. Pautas como a legalização do aborto ou a legalização do divórcio estavam na lista das reivindicações com Simone de Beauvoir com sua célebre frase de “não se nasce mulher, torna-se mulher” (1980). Mas se Beauvoir questionou a determinação social nos comportamentos, Joan Scott foi mais adiante e afirmou que gênero é uma categoria útil para análise histórica (1990). Essa historiadora diz que aqueles que se propõe a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida porque as coisas que elas significam possuem uma história:

Historicizar gênero, enfatizar os significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos da outra, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momento (SCOTT, 1994: .25-26).

Sendo assim, a História é utilizada como narrativa que explica as sociedades a partir de diferentes matrizes (CARDOSO & VAINFAS, 1997). Scott se apropria do conhecimento histórico para estabelecer as organizações sociais e suas mudanças ao longo do tempo com a



finalidade de mudar pensamentos e abrir novas direções, ou ao menos questioná-las. A autora afirma que é necessário romper com visões do mundo de maneira hierárquica e pensar em modos alternativos de gênero, que alterem as construções de poder tidos como naturais ou absolutos, eminentemente masculinos. Silvia Federici (2017), uma filósofa contemporânea, lançou luz com um esquema interpretativo de cunho histórico sobre a mulher no começo da era Moderna, com o surgimento do capitalismo, inventariando as origens das opressões sofridas pelas mulheres, com o objetivo de promover a compreensão das técnicas de controle em âmbito relacional. O surgimento da família nuclear e da dona de casa serviu como estratégia de uma divisão sexual do trabalho, submetendo as mulheres que dependiam da figura masculina que, por conseguinte, se beneficiavam do trabalho não remunerado das mulheres para a acumulação de capital.

Seguindo a mesma linha pós-estruturalista de Joan Scott, ou seja, ao rejeitar o determinismo biológico e considerar o caráter fundamentalmente social nas construções de gênero, Guacira Louro (1997) vai discutir as identidades de gênero através da percepção de como práticas ou espaços sociais constroem o sujeito. Os espaços sociais produzem relações de gênero, raça e classe. Esses “marcadores sociais” (BRITZMAN, 1996) são estabelecidos no interior das redes de poder, instituindo diferenças e desigualdades. A escola não só entende bem disso, como também produz isso, como diz Louro (1997):

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (p.47)

A desconstrução hegemônica na literatura infanto-juvenil

Desconstruir padrões sociais vigentes que não atendem mais às necessidades da sociedade é uma importante função que deve ser atribuída à Educação e a literatura é uma aliada para repensar valores. Contudo, as questões de gênero têm aparecido como temas-tabu, e as instituições não sabem como agir sobre essa temática ou às situações de preconceito em sala de aula. Grande parte dessa controvérsia se deve ao termo “ideologia de gênero”, uma expressão de invenção católica que surgiu da retórica antifeminista do papa João Paulo II (JUNQUEIRA, 2019). Sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre as décadas de 1990 e 2000, foi definida a complementariedade entre homens e mulheres no casamento como fundamento da harmonia social junto a ataques permanentes à



homossexualidade, à liberdade sexual e ao feminismo. O primeiro documento em que a expressão foi cunhada oficialmente foi na Conferência Episcopal do Peru, em 1998, que foi publicado em um artigo de Dale O’Leary. Ela escreveu o livro ‘Agenda de Gênero’ (1997) que é um dos livros mais emblemáticos antigênero. Esse termo pejorativo de se referir aos estudos de gênero desinformam e estigmatizam o tema das questões de gênero através de um slogan a favor de um projeto repressivo, conservador, antidemocrático e antilaico. Se as questões de gênero pretendem promover o respeito e a igualdade de direitos, com as liberdades das construções de identidades de gênero, a “ideologia de gênero” é usada para deslegitimar as tentativas de tratar das questões de gênero na escola. Falar de gênero não é motivar crianças a “mudar de sexo” ou ter uma vida sexual irresponsável, pelo contrário, ao abordar o tema de maneira adequada, as crianças aprendem desde cedo sobre a importância da igualdade entre meninos e meninas, combatendo os estereótipos de gênero prejudiciais e promove uma sociedade mais justa, com oportunidades para todos e todas. O material “Escola sem Homofobia” criado pelo governo federal em 2011 foi apelidado de “kit gay” e foi alvo de críticas de conservadores. Esse material educativo, como livros, cartilhas e vídeos, estava destinado a educar alunos, professores e funcionários das escolas sobre questões relacionadas à diversidade, sexualidade e orientação sexual com o objetivo de criar um ambiente escolar mais inclusivo, no qual todos os estudantes se sentissem respeitados, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Esse projeto foi alvo de crítica e desinformação, gerando polêmicas e sendo suspenso pelo governo federal alegando que ele promovia uma suspeita “ideologia de gênero” ou “doutrinação” e que feria valores morais e religiosos. Falar sobre feminismo, direitos humanos, igualdade, afetividade, sobre a questão do consentimento, dos limites, dos direitos e deveres de todos, faz parte de uma educação para uma sociedade mais justa e segura, com sujeitos protagonistas das suas próprias histórias, respeitadas por suas escolhas e por quem quiserem ser. No entanto, devido à toda essa efervescência nas discussões sobre a incursão do tema nas escolas, essa prerrogativa ainda ganha força em uma sociedade conservadora como a brasileira e, talvez por isso, as escolas ainda tenham tanto receio em levar adiante essas questões de forma reflexiva e aberta ao diálogo.

Discutir esses assuntos é resistir contra a cultura do machismo e de tantas outras violências geradas e ocasionadas por ele. Somos um país que mais mata pessoas LGBTQ+, com altas taxas de feminicídio, com crianças e jovens que são cotidianamente abusadas por pessoas que pertencem às suas próprias famílias. É devido à essa urgência, em transformar esse cenário, que os livros podem ajudar. A literatura pode ser uma aliada para a desconstrução de paradigmas. Quando nos conectamos com uma narrativa ficcional, ela nos permite acessar



dúvidas, medos, preconceitos, crenças, e favorecem a reflexão e o questionamento. No ambiente escolar, o uso desse material pode ser um motivador para realização de diálogos, perguntas, debates. Pode ensinar a pensar criticamente a realidade social e histórica em que vivemos.

A presença do protagonismo feminino nas histórias infantis não é uma novidade: Emília do Sítio do Pica Pau Amarelo, Alice no País das Maravilhas ou Sofia, A Desastrada cujo título foi publicado em 1858 são alguns exemplos. Mas a presença da problematização da representação de gênero na literatura para crianças e jovens é recente e fez parte do objeto de pesquisa (SILVA, 2008) que investigou questões relacionadas à pluralidade cultural no que tange à grupos marginalizados. Especialmente, no trabalho de Fúlvia Rosemberg (1984), que analisa modelos culturais na literatura infanto juvenil sendo pioneira no trato das representações de gênero. Através da sua pesquisa com 168 livros, a autora percebeu que entre 1955 e 1975 o perfil do escritor para crianças e jovens é do homem e branco. Regina Dalcastagne (2005) também pesquisou grupos marginalizados em 258 romances brasileiros e percebeu que negros, mulheres, velhos e pobres quase não possuem visibilidade nas histórias. Isso demonstra que, enquanto prática social, a literatura não é neutra. A relação entre literatura e sociedade é dialética, estabelecendo influências múltiplas. Se ela não representar multiperspectivas sociais, irá atender às ideias da classe dominante tornando-se a ideia de todas as classes, tornando-se ideias dominantes (CHAUÍ, 2004).

Atualmente, dispomos de uma quantidade de obras infanto juvenis considerável pautando a emancipação da identidade feminina. Livros como *Malala, a menina que queria ir para a escola* (CARRANCA, 2015); *A Bolsa Amarela* (BOJUNGA, 2013); *Chapeuzinho Amarelo* (BUARQUE, 2019); *Pipi Maigonga* (LINDGREN, 2017); *As cientistas – 50 mulheres que mudaram o mundo* (IGNOTOFSKY, 2017); *Histórias de ninar garotas rebeldes* (FAVILLI, 2017); *Amoras* (OLIVEIRA, 2018); *Eugênia e os robôs* (TOKITAKA, 2014); *Lute Como Uma Princesa* (MURROW, 2019); *A Princesa Salva a Si Mesma Neste Livro* (LOVELACE, 2017), são alguns dos títulos que encontramos nas livrarias. Neles iremos encontrar narrativas que visam o empoderamento feminino, identidade, emancipação. Livros com protagonistas femininas oferecem modelos de personagens fortes, corajosas, inteligentes e independentes, permitindo que as leitoras se identifiquem com essas personagens e visualizem possibilidades para si mesmas. Essas histórias inspiradoras ajudam a quebrar estereótipos de gênero, reforçando a ideia de que as mulheres podem ser protagonistas de suas próprias histórias. Eles ampliam as perspectivas, expande os horizontes, promovem a empatia e a compreensão de outras realidades e culturas e rasuram fronteiras estabelecidas na tradição cultural promovendo mudanças sociais, aumentando a



conscientização sobre as aspirações diversas das mulheres, que são capazes de realizar qualquer coisa que desejem.

As masculinidades plurais

A propagação a respeito das diversidades de gênero permitiu novas percepções acerca das masculinidades concebendo uma perspectiva performativa de gênero. A masculinidade hegemônica surgiu como termo análogo às pesquisas sobre estruturas de poder e entendida como um padrão de práticas que possibilita a dominação dos homens sobre as mulheres. O termo gramsciano de hegemonia (ALVES, 2010) foi usado para entender as relações de poder e dominação e foi pautado por autores como Bourdieu em 1998 com o livro *A Dominação Masculina*, quando analisa o comportamento dominante masculino em determinada sociedade. Porém, esse determinismo, em que tratam essa hegemonia como algo fixo e imutável, vem sendo questionada. Se gênero é uma construção social, então envolve mudanças estruturais e a ideia de mobilização e engajamento, com lutas ativas em um sistema sob tensão. O conceito de masculinidade hegemônica (CONNELL e MESSERSCHMIDT, 2013), passa a reconhecer múltiplas masculinidades que variam durante o tempo, a cultura, o local e o indivíduo. Essa desestabilização contribuiu para desnivelar as premissas hegemônicas promovendo interlocuções nas performatividades dessas masculinidades (BUTLER, 2009):

Dizer que o gênero é performativo significa dizer que existe uma determinada expressão e manifestação, uma vez que a aparência do gênero, muitas vezes, é confundida com um sinal de sua verdade interna ou inerente. O gênero está condicionado por normas obrigatórias que o fazem definir-se em um sentido ou outro (geralmente dentro de um quadro binário) e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. (p. 322)

Os livros que trazem novos olhares de masculinidade na literatura infanto-juvenil a partir do início do século XXI vem ao encontro com a percepção de uma masculinidade performativa promovendo distanciamento de noções que impedem uma compreensão polissêmica das masculinidades e suas performances. Alguns livros recentes que caminham esse objetivo são *O Pequeno Príncipe Preto* (FRANÇA, 2020), *O Menino de Vestido* (WALLIAMS, 2014) e *O Menino que Brincava de Ser* (MARTINS, 2020). Esses livros questionam crenças, atitudes e comportamentos em relação à masculinidade. Reconhecem padrões que limitam a liberdade de expressão e os relacionamentos saudáveis. São histórias que desconstruem normas e expectativas tradicionais ao que é considerado “masculino” na sociedade, reconhecendo que existem diversas formas válidas de expressar a masculinidade. Essas obras buscam mostrar a construção social da



masculinidade e as consequências negativas da masculinidade hegemônica, abordando questões como sexismo, machismo e preconceitos prejudiciais, adotando perspectivas mais igualitárias.

2 Considerações finais

O campo literário sobre a desconstrução dos estereótipos de gênero já apresenta uma quantidade de títulos variada e diversa, possibilitando a abordagem no tema nas instituições de ensino. São ferramentas que motivam a reflexão, ao questionamento e ao debate, construindo novas percepções e possibilidades dentro das relações sociais. Entretanto, a forte resistência por parte dos pais, que tratam esses temas como tabus, faz com que a escola tenha resistência em abordar esses temas. Os professores muitas vezes também não estão preparados para tratar sobre esses assuntos de forma apropriada e saudável, omitindo ou distorcendo explicações por meio de inverdades (DAROS, 2013).

As masculinidades plurais são incipientes na literatura infanto-juvenil talvez devido a maior resistência social em abordá-la. A estrutura social de privilégios não pretende renunciar ao que já possui. Cito como exemplo, do panorama contemporâneo, a Bienal do Livro no Rio de Janeiro em 2019 mostrou a tensão que esses livros podem gerar uma vez que obras literárias que abordavam temas como homoafetividade foram confiscados. Fiscais da Secretaria da Ordem Pública apreenderam vários livros com temática LGBT sob ordem judicial.

Se o termo pejorativo de “ideologia de gênero” se impregnou na sociedade, que vê com receio esses temas na Educação, será necessário muita persistência e diálogo na desconstrução alienante. Porém, a publicação de livros infanto-juvenis sobre as questões de gênero segue de forma promissora, cada vez mais presentes nas prateleiras das livrarias e bibliotecas. Essas narrativas podem ser utilizadas como uma estratégia para transmitir e construir novos e vários conhecimentos entre eles a superação de preconceitos, discriminação e intolerância, com uma visão de mundo mais humana e emancipatória, consolidando a escola um espaço de socialização, discussão e questionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues C. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. São Paulo: Lua Nova, 80: 71-96. 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. V. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.



- BOJUNGA, Lygia. **A Bolsa Amarela**. São Paulo: Casa Lygia Bonjuga. 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2019.
- BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo**. Educação e Realidade. Vol. 21(1), jan/jul.1996.
- BUARQUE, Chico. **Chapeuzinho Amarelo**. São Paulo: Yellowfante. 2019.
- BUTLER, Judith. **Performatividade, precariedade y políticas sexuais**. Revista de Antropología Iberoamericana, Madrid, v. 4, n. 3, sep./dec. 2009, p. 321-336.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teorias e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1997.
- CARRANCA, Adriana. **Malala, a menina que queria ir para a escola**. São Paulo: Companhia das Letrinhas. 2015.
- CASSIO, Fernando (org.) **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Boitempo. 2019.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense. 2004.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: 21(1). 2013.
- DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. **Problematizando os Gêneros e as Sexualidades Através da Literatura Infantil**. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62312914003> . Acesso em: 04 jul. 2023
- FAVILLI, Elena. **Histórias de ninar garotas rebeldes**. Rio de Janeiro: VR editora. 2017.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FRANÇA, Rodrigo. **O Pequeno Príncipe Preto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2020.
- <http://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/01/172---186-Problematizando-os-gêneros-e-a-sexualidade-atraves-da-literatura-infantil.pdf> . Acesso em: 04 jul. 2023
- IGNOTOFSKY, Rachel. **As cientistas – 50 mulheres que mudaram o mundo**. São Paulo: Blucher. 2017.
- JUNQUEIRA, Rogério. **A Invenção da “Ideologia de Gênero”**. São Paulo: Letras Livres. 2022
- LINDGREN, Astrid. **Pipi Meia-gonga à bordo**. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2017.



LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista – Petrópolis: Vozes. 1997.

LOVELACE, Amanda. **A Princesa Salva a Si Mesma Neste Livro**. Leya Brasil, 2017.

MARTINS, Georgina. **O Menino que Brincava de Ser**. Rio de Janeiro: DCL. 2020.

MURROW, Vita. **Lute Como Uma Princesa** – contos de fadas para crianças feministas. Boitató, 2019.

OLIVEIRA, Leandro de. **Amoras**. São Paulo: Companhia das letrinhas. 2017.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global. 1984.

SCOTT, Joan W. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife. 1990

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Campinas: Cadernos Pagu, nº 3. 1994.

SILVA, Leda Cláudia da. **A personagem do conto infanto-juvenil brasileiro contemporâneo: uma análise a partir de obras do PNBE/2005**. Dissertação. Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

TOKITAKA, Janaina. **Eugênia e os robôs**. Rio de Janeiro: Rocco. 2014.

WALLIAMS, David. **O Menino de Vestido**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.